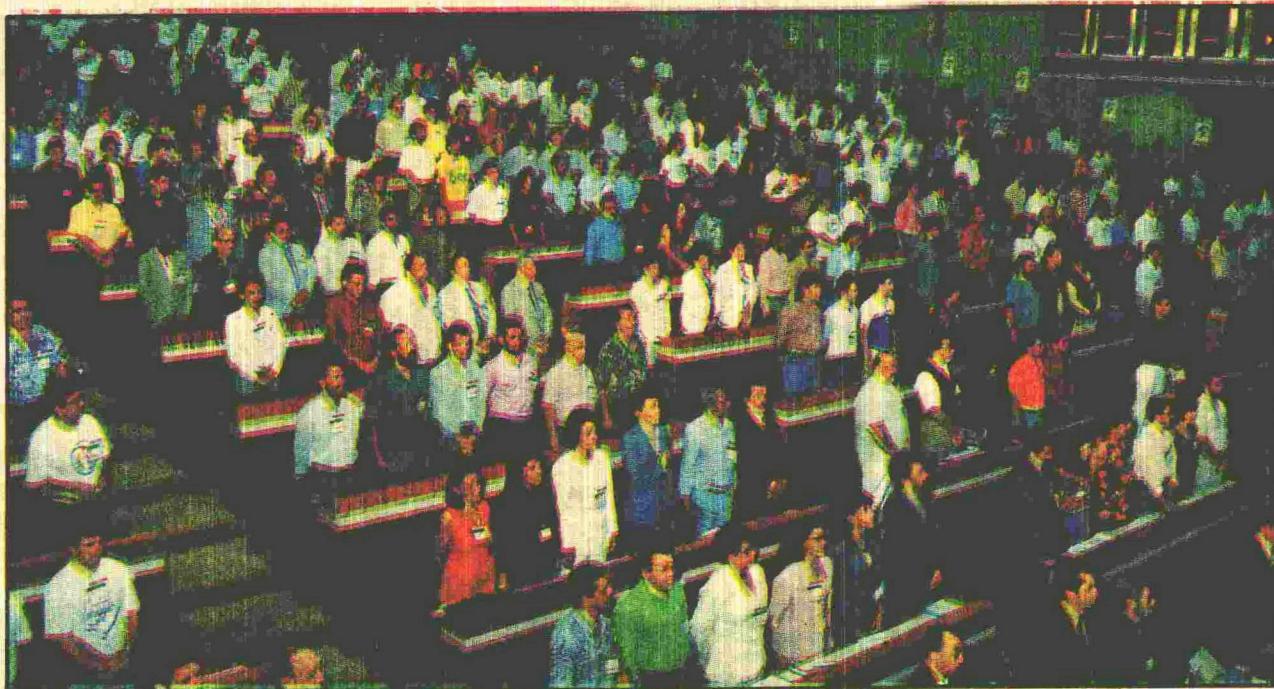


Plenária define o plano de lutas

Um documento básico definindo o plano de lutas dos comerciários, reunindo um total de 34 pontos, foi aprovado na plenária do último dia do 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores no Comércio. Estão entre as propostas a luta pelas 40 horas semanais, reforma agrária como garantias e incentivos à produção, contra toda e qualquer forma de revisão ou reforma da Constituição, não pagamento da dívida externa e pela estatização dos transportes coletivos e da indústria farmacêutica. E mais:

- Ensino público gratuito em todos os níveis.
- Suspensão das privatizações e revisão dos leilões já realizados, devido a suspeitas de irregularidades.
- Luta contra o projeto neoliberal do Governo e o fim da recessão, com a retomada do crescimento econômico e geração de empregos.
- Defesa da ecologia, com recuperação das áreas devastadas.
- Luta contra todo e qualquer tipo de discriminação racial, credo, cultura e sexo.
- Punição aos mandantes e assassinos dos trabalhadores do campo e da cidade.
- Democracia e transparéncia na gestão pública.
- Democratização dos meios de comunicação e mudança no sistema de



Na plenária, os comerciários aprovaram o documento básico que define o plano de lutas

outorga de concessões de rádio e televisão.

- Pelo Sistema Único de Saúde e pela revisão dos conselhos de saúde municipais, estaduais e federais quanto ao número de integrantes e composição, visando garantir a representação dos trabalhadores.
- Apuração dos escândalos de corrupção, com punição aos responsáveis. Todo apoio às CPIs.
- Reposição a todos os trabalhadores das perdas salariais dos planos Collor I e II.
- Reajuste mensal dos salários, de acordo com a inflação, a todos os trabalhadores.
- Reajuste mensal,

acrescido de 5% de ganho real, para o salário mínimo, visando recuperar o poder de compra dos trabalhadores de baixa renda e dos aposentados.

- Estabilidade no emprego. Pela moralização do Sistema do Seguro Desemprego e pela efetiva participação dos trabalhadores no gerenciamento e fiscalização do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
- Pela aposentadoria aos 25 anos de trabalho.
- Instituição do contrato coletivo de trabalho articulado, com garantia a todos os trabalhadores dos direitos já conquistados.
- Campanha nacional pela fiscalização dos direitos sociais dos trabalhadores (CTPS, FGTS, PIS e INSS).
- Mobilização junto ao Congresso Nacional pela manutenção dos direitos dos trabalhadores na Constituição, garantindo suas regulamentações.
- Poder de fiscalização dos direitos dos trabalhadores pelas entidades sindicais que os representam, em todas as suas instâncias.
- Deflagração de uma campanha nacional, articulada de norte a sul, esclarecendo a categoria na defesa da regulamentação da Constituição, alertando sobre os prejuízos aos direitos sociais que poderão advir com a revisão ou reforma proposta pelos empresários.